

## A INSTITUIÇÃO MILITAR E OS MEDIA

As relações entre a instituição militar e os media não são, em geral, discutidas publicamente fora dos períodos em que se desenvolvem conflitos armados de âmbito internacional e, a nível nacional, em situações que envolvem o poder político, como sucedeu recentemente, com as dificuldades financeiras do Ministério da Defesa ou com o equipamento das Forças Armadas, sendo, geralmente abordadas pelos media numa perspectiva essencialmente política ou partidária.

É certo que a situação internacional decorrente dos acontecimentos de 11 de Setembro, trouxe para o espaço público figuras militares que se tornaram comentadores com assento sistemático nos media, introduzindo na abordagem dos acontecimentos perspectivas que escapam, muitas vezes, aos comentadores oriundos do campo político e jornalístico. Contudo, essas intervenções circunscrevem-se a aspectos pontuais, deixando fora do conhecimento público aspectos como o funcionamento da instituição militar e a sua relação com a sociedade.

É certo que a maioria dos media “de referência” possui jornalistas destacados para a cobertura de assuntos da área da defesa, os quais, naturalmente, cultivam fontes junto dos “ramos que lhes proporcionam o conhecimento de informação relevante. Não existe, contudo, entre nós, a prática seguida noutros países (não apenas relativamente à instituição militar) da permanência de “jornalistas acreditados” que acompanham a instituição no dia a dia, independentemente da ocorrência de acontecimentos tradicionalmente considerados como possuindo interesse noticioso. É claro que uma opção desta natureza pressupõe investimento, por parte dos media, na especialização e na investigação e, por parte da instituição militar,

abertura e aceitação do papel do jornalista como mediador entre as instituições e o público.

A questão do relacionamento de instituições relativamente “fechadas” à opinião pública, tais como a polícia, os tribunais e, com maior abertura, o Parlamento constitui um campo de investigação na área do jornalismo em países como os Estados Unidos e o Canadá. Trabalhos como o dos investigadores canadianos Richard Ericson, Patrícia Barenek e Janet Chan publicado em 1989, levantam “a ponta do véu” sobre as relações entre essas instituições e os media. Menos estudadas, pelo menos no âmbito académico, estão as relações entre os media e instituições como as Forças Armadas e a Igreja, ambas fortemente hierarquizadas e “fechadas” ao conhecimento público.

Uma das razões para esse “fechamento” reside, precisamente, na sua forte hierarquização e disciplina que não se verifica em instituições como o Parlamento, não sendo por acaso que, entre as três estudadas, no Canadá, pelos investigadores atrás citados, o Parlamento seja a mais aberta ao contacto com os jornalistas.

Independentemente das formas tradicionais de comunicação com os media baseadas em comunicados, conferências de imprensa e entrevistas com figuras que detêm o poder nas diferentes instituições, os jornalistas procuram, cada vez mais, ultrapassar esses canais, substituindo-os por outros mais informais, como sejam as informações de “background”, as “fugas” de informação e a informação em *off the record*. Por seu turno, as fontes preferem, também, muitas vezes, esses canais porque eles permitem-lhes um tipo de relacionamento mais aberto a confidências e a revelações sem o compromisso e o peso de uma informação institucional. É essa, infelizmente, a regra no que se refere ao jornalismo político, quer oriundo do Parlamento, quer do próprio Governo e dos partidos políticos. Basta ler as páginas de política nacional dos principais

jornais para se verificar a ausência quase sistemática de fontes identificadas que assumam grande parte dos “factos” e das “falas” referidos nas notícias. Essa situação, não é, contudo, exclusiva do campo político. Com efeito, assiste-se, crescentemente, à extensão dessas práticas a instituições como a Polícia – de que é exemplo o chamado “caso Moderna” – em que investigadores cederam aos media elementos de investigação constantes do processo, como sejam escutas telefónicas. Essas práticas abrangem também os tribunais e, embora mais raramente, a instituição militar. De facto, não é raro encontrar nos jornais “fugas” de informação só possíveis a partir de entidades altamente colocadas na hierarquia da instituição, de que foi exemplo, entre nós, a divulgação de uma lista de “agentes secretos” no tempo do Ministro da Defesa, Veiga Simão. Trata-se, quase sempre, de tentativas levadas a cabo pelas instituições para orientarem a informação num sentido favorável aos seus objectivos, o que é, aliás, natural, embora os métodos utilizados nem sempre sejam eticamente aceitáveis.

Os jornalistas aceitam, na maioria dos casos, o papel pró-activo de instituições como as que venho referindo, não apenas porque as consideram credíveis, dado o peso e o lugar que ocupam na sociedade, mas também, porque a lógica que os orienta é, em primeiro lugar, a procura de uma “boa estória”. Acusam-se, muitas vezes, os jornalistas de veicularem notícias não confirmadas ou falsas, atribuindo-lhes intenções de favorecimento de pessoas ou instituições. Contudo, está provado que a lógica que move os jornalistas não é política nem partidária mas sim profissional, isto é, o desejo de “dar primeiro” a notícia que o concorrente directo leva-os, muitas vezes, a aceitar, sem discussão e confrontação de fontes, informações fornecidas por entidades que possuem objectivos próprios, nem sempre coincidentes com o interesse público.

Termino esta reflexão sobre as relações entre os media e instituições com peso na sociedade com uma palavra de apreço ao trabalho desenvolvido, nesse âmbito, pela instituição militar em situações dramáticas, de que foi exemplo recente a queda da ponte de Entre-os-Rios. E, como nota pessoal resultante de uma experiência profissional de 10 anos como assessora para a comunicação social do anterior Presidente da República, assinalo a colaboração preciosa tantas vezes dada pela Força Aérea Portuguesa aos jornalistas que faziam a cobertura jornalística das deslocações do Presidente e de eventos internacionais realizados em Portugal.

Lisboa, 7 de Junho de 2002

*Dr.<sup>a</sup> Estrela Serrano*

Professora na Escola Superior de Comunicação Social  
Provedora dos Leitores do Diário de Notícias